



O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

Helena Copetti Callai

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo

Destaca-se nesse artigo a avaliação dos livros didáticos no Brasil, considerando os dois lados dos sujeitos envolvidos e dos resultados produzidos. A Política do Livro Didático PNLD é fruto da luta política, da pressão popular, da reafirmação da cidadania. Os documentos oficiais são resultado da construção social onde o Estado toma à frente o compromisso de cumprir o que estabelece a lei. O PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) pretende atender à população escolar num aspecto significativo que é a possibilidade de acesso a um livro o que oportuniza a leitura e a informação de temas específicos de cada disciplina escolar. Todos os estudantes das escolas públicas brasileiras têm o direito de receber uma coleção com a qual estuda por três anos. Mas, o lado que se pode dizer, perverso, é o risco de que o LD (Livro Didático) se transforme em “camisa de força” a uniformizar tão diversa realidade nacional. Muito embora os localismos possam revelar-se um risco a esgarçar o tecido social, nacional, a homogeneização da brasilidade, e do ser brasileiro, representa o risco inverso. Neste texto é analisado o processo do PNLD de dois lados: o da produção, considerado desde o início do processo até a chegada dos livros nas escolas, e o do receptor que compreende desde o processo de escolha do LD pelo professor até o uso do mesmo pelo professor e pelos alunos.

Palavras-Chave: Livro didático. Avaliação. Cidadania. Educação Básica.

LIVRE D'ENSEIGNEMENT DANS LE CADRE DES PROCÉDURES D'ÉVALUATION

Resumé

Cet article met en lumière l'évaluation des manuels didactiques au Brésil en considérant chaque côté des sujets impliqués et des résultats produits. La Politique de Livre Didactique PNLD est le fruit d'une lutte politique, d'une pression populaire et d'une réaffirmation de la citoyenneté. Les documents officiels sont le résultat d'une construction sociale où l'Etat s'engage à respecter ce que la loi établit. La PNDL (Politique Nationale de Livre Didactique) prétend répondre de manière significative à la population scolaire en permettant l'accès au livre et ainsi la lecture et l'information de thèmes spécifiques de chaque discipline scolaire. Tous les étudiants des écoles publiques brésiliennes ont le droit de recevoir une sélection de livres qu'ils garderont pendant trois ans. Or, il

peut être évoqué, de manière perverse, le risque que le Livre Didactique se transforme en « camisole de force » dans la mesure où il uniformise la diverse réalité nationale. Bien que le localisme peut révéler un risque d'effiler le tissu social, national, l'homogénéisation de la culture brésilienne et du brésilien représente le risque inverse. Dans ce texte, le processus de la PNDL est analysé des deux côtés: celui de la production, considéré dès le début du processus jusqu'à l'arrivée des manuels dans les écoles, celui du récepteur qui comprend depuis le début le choix du Livre Didactique par le professeur jusqu'à son utilisation par celui-ci et par les élèves.

Mots-clés: Livre Didactique. Evaluation: citoyenneté. Éducation basique (primaire)

INTRODUÇÃO

O Livro Didático (LD), como um material de uso nas escolas, se constitui como poderoso instrumento que permite acesso ao conhecimento na medida em que apresenta informações da disciplina específica. Mais que informações que trazem os conteúdos, orienta-se nos LD como proceder para ministrar as aulas nos determinados níveis de ensino a que se destina. Muitas vezes este é o único livro que as crianças, estudantes da escola pública e suas famílias, possuem em suas casas. Torna-se então um valioso documento que permite acessar o conhecimento.

Mas, por outro lado, é também um poderoso instrumento nas mãos do Estado Nacional para veicular seus princípios e seus interesses no sentido de desenvolver uma consciência nacional. Através da divulgação dos conhecimentos e pelas orientações pode funcionar inclusive como algo autoritário, uma vez que se apresenta no Brasil como um livro destinado a todo o território nacional. A extensão do Brasil faz com que apresentem quadros naturais variados, culturas diferenciadas e questões regionais muito significativas para a vida das populações destes lugares. E isso pode ser um problema na medida em que as informações apresentadas se constituam como o elemento fundamental, em que todos devem estudar as mesmas questões, as mesmas temáticas, com as mesmas orientações didático-pedagógicas.

Como política pública para a área de educação está coerente com as demais propostas para a área de educação e com os interesses gerais do Estado Nacional. Neste sentido, se filia a outra ação atualmente em discussão que aborda a produção de uma base curricular nacional para todo o Brasil.

Mas, diante disso, a única forma de garantir que o ensino não se submeta a determinações obrigatórias no sentido de construir um entendimento homogêneo numa realidade de sociedade que tem inúmeras diferenças é ter um professor que tenha a capacidade de desenvolver suas aulas com conhecimento dos princípios da disciplina, que entenda qual é o papel da escola na formação das crianças e dos jovens e que consiga fazer um ensino com boa base didática e pedagógica. Um professor que seja sujeito do seu trabalho e de sua vida e que consiga fazer os planejamentos das aulas de modo que os estudantes realizem aprendizagens significativas.

Neste texto, a abordagem a respeito do LD merece considerar por dois ângulos, daqueles que são os responsáveis pela sua produção e daqueles que são os

usuários, ao receberem as mensagens trazidas pelos livros. Para isso, inicia com a abordagem do PNLD no contexto da sua produção e segue com a interpretação de entendimento que os usuários possuem.

A Pesquisa no/do LD

As pesquisas que se ocupam com o livro didático assumem um caráter social, além do instrumental, uma vez que envolve e atende um número significativo de pessoas. No caso da dimensão social, a questão é que o livro didático entra para as escolas e, sendo distribuído a todos os estudantes das escolas públicas, passa a ser um livro que as famílias têm disponível. O livro de Geografia traz questões que podem ser vistas como acesso a informações que envolvem temáticas do nosso cotidiano, tornando possível o acesso a informações.

Neste sentido, é importante destacar, no contexto das políticas públicas para a educação, um programa que visa o conjunto dos processos pelo que passam os livros didáticos até chegar aos estudantes nas escolas. O PNLD - Programa Nacional do Livro Didático é destinado ao atendimento da produção, análise, avaliação, seleção e distribuição do Livro Didático. Ao atender a todas as escolas públicas, através da distribuição gratuita a todos os alunos, considerando a escolha feita pelo professor da respectiva área, ele atinge um número significativo de pessoas. De acordo com a proposição dessa política, “o livro didático constitui mais uma ferramenta de apoio no desenvolvimento do processo educativo, com vista a assegurar tanto o trabalho com os eixos cognitivos comuns às áreas do conhecimento quanto a inserção e articulação das dimensões ciência, cultura, trabalho e tecnologia no currículo dessa etapa da educação básica. (Edital PNLD 2015 – Ensino Médio, p.39).

Até chegar a este momento de organização e realização do PNLD há que se considerar que uma história o constitui até assumir o formato atual. Muitos são os caminhos percorridos e no contexto das políticas públicas para a educação há momentos e marcas significativas decorrentes dos processos vividos pela sociedade brasileira.

Nesta perspectiva, as políticas de educação no Brasil, a partir do Estado Nacional, se constituem como a própria sociedade que tem altos e baixos e percorre caminhos sinuosos a cada momento da nossa história brasileira. E, considerando o entendimento de que o livro didático contribui para a democratização do conhecimento, há que se considerar também que existem limites e fragilidades para que isso aconteça realmente. Democratização, se possível, aqui deve ser entendida como abertura de acessibilidade, de atendimento à justiça social.

O lado que se pode dizer, perverso, é o risco de que o LD (Livro Didático) se transforme em “camisa de força” a uniformizar a tão diversa realidade nacional. É preciso cuidado e respeito às condições e especificidades de cada comunidade local ou regional assim como aos grupos culturais diferenciados. Neste momento, em que através do Ministério da Educação se discute amplamente a produção, apresentação de um currículo mínimo para todo o Brasil estas questões se apresentam de modo significativo. Não há dúvida que todos devem ter acesso a um conhecimento que permita eliminar as diferenças, mas a questão não é tão

simples. As condições regionais de um país com tamanho território são acrescidas pelas diferenças culturais e principalmente pela desigualdade social que existe entre a população.

Várias são as tendências e os tipos de pesquisa sobre o livro didático no Brasil e em vários países do mundo. No meu caso, as pesquisas se limitam a refletir sobre o Livro Didático da Geografia, tendo como pano de fundo dois panoramas, o da ciência geográfica com seus conceitos e categorias de análise e o da educação, em especial a escolar que aborda a escola, os currículos, os processos de ensino e de aprendizagem e a formação docente. Neste aspecto da educação, há questões que são gerais e que envolvem as discussões pedagógicas, sociológicas e filosóficas da mesma, e a educação geográfica considerando estes aspectos construiu, ao longo dos últimos anos, um quadro de referências para pensar com cunho científico o Ensino da geografia.

Para pesquisas sobre o livro didático de geografia tenho como referência dois pontos que poderiam ser denominados de dois lugares de origem. São eles, o lugar de quem produz e o lugar dos que recebem, quer dizer os destinatários. Guardadas as proporções, seriam as duas perspectivas adotadas pelo Centro de Investigación en Manuales Escolares (MANES) da Espanha: emissores e receptores das mensagens dos textos escolares, e analisadas em artigo por Teive. (TEIVE, 2015).

No caso, do ponto de vista de minha interpretação, abordando a questão a partir da produção dos manuais que seria a dos emissores, estão as políticas públicas do Estado Nacional para a educação (Base curricular Nacional para a Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais: Diretrizes para Formação Docente; PNLD, este com vários programas a ele filiados). Na questão dos receptores considero os docentes das escolas da educação básica e os estudantes que recebem estes livros, além dos estudantes de graduação em Geografia.

Assim, nas pesquisas, considero o olhar para os dois ângulos. No primeiro, como avaliadora do LD fazendo parte do PNLD de cada um dos níveis de ensino da Educação Básica, em determinados eventos como avaliadora e noutros como membro da coordenação dos mesmos. Considerando este olhar de parte do receptor as pesquisas acontecem através da análise do LD tendo parâmetros predefinidos, a partir da educação geográfica, com professores que atuam na escola pública e com alunos dos cursos de formação docente.

Do lado da produção

Abordo neste item os aspectos que dizem respeito aos processos de produção e de avaliação, etapa anterior a disponibilização pública das obras. Início com o conhecimento que me é dado de fazer essa reflexão pela condição de avaliadora. Este é ainda um olhar de fora, talvez de intermediação entre os emissores e os receptores, e pode estar contagiado pelos momentos de participação no processo avaliativo, o que não desmerece a análise possível de ser feita. Afinal, considera-se que a pesquisa na área das humanidades tem os dados e os resultados escolhidos a partir dos referenciais teórico-metodológicos adotados, posição esta a qual me filio. Partindo do pressuposto de que não existe metodologia única e

que expresse certezas, o fundamental é a pergunta e como ela é feita, pois “uma pergunta deve ter um sentido, uma orientação, que a coloque sob uma determinada perspectiva.” (HERMANN, 2002, p. 57). Se as perguntas são feitas para saber o que não se sabe, elas orientam a busca da compreensão de determinados eventos e/ou problemas que são o motivo da investigação, através da “relação com o mundo, dentro de um determinado contexto” (HERMANN, 2002, p.64). Diante disso a grande questão que se coloca é compreender os processos da produção do LD, mas não restrito a este momento e sim considerando inclusive o acesso ao livro didático pelos alunos, com base na busca de entendimento a respeito da possibilidade de o LD ser um instrumento de democratização.

Neste sentido atuando como membro da comissão de avaliação, assumi diversos lugares em cada um dos eventos. Como avaliadora das coleções de Anos Iniciais, Anos Finais, e Ensino Médio e como coordenadora adjunta, por duas vezes, produzi um olhar crítico dos processos. Em todos os momentos considero que foi experiência de aprendizado e de valorização do trabalho do outro, daquele que era meu parceiro, dos coordenadores e dos avaliadores. É um trabalho político que exige uma dimensão ética que pode pautar os caminhos a serem seguidos, como professora e pesquisadora de Ensino de Geografia.

Para referência neste artigo, adoto como base o Guia de livros didáticos: PNLD 2015: geografia: ensino médio. Este indica que em seus aspectos gerais o processo de avaliação passa por diversas fases: - elaboração e lançamento do Edital PNLD pelo MEC/FNDE/SEB,- inscrição das obras pelas editoras,- triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), - pró-análise pela Coordenação de Área da respectiva instituição que coordena o processo juntamente com o MEC.- processo propriamente dito de avaliação pedagógica das coleções, do qual resulta a elaboração dos pareceres de aprovação e de exclusão, além da elaboração deste Guia de Livros Didáticos – PNLD. Destaca-se, portanto, que as resenhas têm papel fundamental para orientar o professor (a) em sua escolha.

A partir do Edital, a análise dos livros impressos e digitais componentes das coleções inscritas orienta-se pela verificação ao atendimento de princípios fundamentais, como a correção conceitual, a coerência teórico-metodológica e a ênfase na contribuição dos conteúdos geográficos para a formação de cidadãos capazes de construir uma sociedade mais justa e igualitária. (Página8)

Com este olhar, a percepção é de que os livros, cumprindo o Edital, atendem todos os requisitos básicos, tanto do ponto de vista dos critérios gerais como de parte dos critérios específicos da disciplina de geografia. São, portanto, obras bem organizadas, com a estrutura apresentando todas as exigências (figuras, textos, textos complementares, atividades, outras visões a respeito da temática abordada...).

Apresentam-se, assim, obras bem-feitas, tendo o mesmo regramento atendido, o que se pode levar a considerar que são assépticas, generalistas e cumpridoras dos conteúdos destinados a cada um dos níveis a que se destinam.

Todas as obras apresentam através de textos os referenciais teóricos da educação, da aprendizagem e da geografia de acordo com a proposição do Edital. Esta questão apresentada no início de cada obra tem nos textos anexos (adicionais), em cada um dos livros, a reafirmação da proposição adotada, com

textos de autores e pesquisadores de referência. No entanto, muitas das obras, talvez a maior parte, não cumprem o rigor de seguir essa orientação na apresentação do conteúdo dos livros. Há um enunciado com proposições teóricas e metodológicas posto diante da obrigatoriedade a partir do Edital, mas no conteúdo dificilmente acontece a abordagem dos mesmos de acordo com o que está enunciado.

É significativa a observação recomendada quanto às ilustrações (mapas, cartogramas, tabelas, gráficos, imagens de satélite, fotografias, dentre outros). Sugere-se na ficha de análise (página 24), verificar se:

Explora as várias funções que as ilustrações podem exercer no processo educativo, extrapolando o papel estético e apenas decorativo? São claras, precisas e de fácil compreensão, problematizam, despertam curiosidade e motivam o educando? - Reproduz adequadamente, para o nível de desenvolvimento cognitivo do aluno (...) a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos? - As legendas dos mapas e demais ilustrações são adequadas e claras e a escala é utilizada corretamente?

O que se constata na análise dos LD é que há o cumprimento dessas exigências com o respeito e cuidado a todos os aspectos. No entanto, numa análise mais acurada se destaca que a exigência é cumprida, mas não há a dimensão didática-pedagógica que encaminhe a aprendizagens significativas, pois prevalecem a omissão, o ocultamento, o silenciamento da dimensão ética e política. Sobre essa análise, há estudos sendo produzidos.

Como regra geral, considerando o processo de produção dos livros às diversas etapas pelas quais passa, elas são rigorosamente cumpridas: apresentação do Edital; apresentação das obras pelos autores; análise do conjunto das coleções; formação das equipes; desenvolvimento dos trabalhos pelas equipes de avaliadores.

Todo o processo é bem organizado passando pela seleção das coleções, a organização na distribuição das tarefas (incluindo a organização da ficha de avaliação), a realização do trabalho (incluindo a organização de “grupos cegos”), e a finalização do mesmo (no momento de fechamento da ficha pela dupla de avaliadores, e a elaboração dos documentos finais) são momentos importantes e ricos. No contexto do processo, a dimensão pedagógica me parece frágil em relação ao conhecimento científico, e ao conhecimento de conteúdo escolar na medida em que cada um olha da sua especialidade onde a sua pesquisa e a sua área (da especificidade da Geografia) é o importante e significativo. Por exigência do Edital geral, o grupo de avaliadores deve ser formado por profissionais docentes, pesquisadores do ensino superior e professores da rede básica. Quanto aos docentes da Geografia do ES, a escolha e indicação deve primar pelo critério de regionalização de modo a atender todas as regiões do Brasil, e da formação básica e especialização dos docentes atendendo todas as áreas de conhecimento da disciplina e ciência geográfica.

Diante disso, observa-se que a maioria das pessoas que participam não têm a dimensão didática-pedagógica do conteúdo da geografia escolar. São especialistas nas suas áreas e desconhecem ou tem fragilidade (teórica e metodológica) na dimensão pedagógica do conteúdo, do ser professor da escola básica e do papel da escola básica na formação dos sujeitos. Nos cursos de Geografia ainda existe a dicotomia entre a formação do bacharel/geógrafo e do licenciado /professor de Geografia. E todas as pesquisas demonstram que existe grande dificuldade dos professores especialistas desenvolverem a reflexão pedagógica. Não considero que a avaliação deva ser realizada apenas por pesquisadores da área de ensino, mas a dimensão pedagógica é fundamental, e somos caudatários da estrutura tradicional dos cursos de graduação.

Doutro lado, essa parte da avaliação pelos especialistas tem uma dinâmica complicada no conjunto do processo, no que diz respeito ao aspecto operacional, pois que exige dedicação extrema (de analisar, discutir, elaborar as resenhas) em tempos que são curtos. Todo o processo (desde o seu início) se alonga por demais e por diversos motivos, que não cabe aqui elencar e a parte que é de maior importância na análise (no conjunto de todo o processo) do LD fica apertada no limite dos tempos que sobra dentro do Edital para fazer o processo todo. O aspecto de fundamentos didático-pedagógicos e da epistemologia da geografia fica assim fragilizado o que acentua o problema anteriormente referido.

Neste sentido, considerando o processo no âmbito da avaliação pelos grupos, entendo que existem qualidades e problemas. Como principais qualidades constata-se que, de um modo geral, os livros aprovados respondem as regras do Edital com avanços no formato, na apresentação, no cuidado com as questões de dimensão política para considerar a justiça social, a singularidade dos sujeitos/grupos. Há apresentação de textos interessantes para mostrar outros olhares na abordagem dos temas; e de textos didático-pedagógicos que apresentam reflexões sobre o Ensino da Geografia.

Como limitações, destaco o fato de ser um livro único para todo o território nacional, nos moldes como ele é apresentado, onde o principal é o conteúdo, o que limita a possibilidade de pensar a realidade singular. Há distância entre as proposições de condução do livro que apresentam uma linha condutora como discurso, mas que na prática da Coleção não aparece como tal. A falta de ligação entre os textos de reflexão pedagógica e a apresentação dos conteúdos apresentam proposições através de textos que são recortes de reflexões maiores e ao que se percebe com as pesquisas in loco nas escolas, estes textos sequer são lidos, e o ideal seria que fossem discutidos. Para responder ao Edital são adotados muitos cuidados com a cidadania, preconceitos, diferenças, minorias (de todo o tipo). E, o que acontece, é que não aparecem problemas, mas sim ocultamento de muitas dessas situações ou invisibilidade e silenciamentos, que são reproduzidas a partir de apresentação de figuras, ou pequenos textos, que não são analisadas e que não fazem a conexão com as questões da vida das pessoas e da sociedade como um todo.

Mas o que parece, a maior limitação, é também uma qualidade. Explicando: o livro traz os conteúdos organizados de modo a serem expostos em uma Coleção oferecendo ao professor e ao aluno as informações predefinidas como conteúdo da série. Este material que o LD apresenta é sempre eleito como “o conteúdo a ser trabalhado”, mas ao ser apresentado no livro ele o é como o conteúdo que

deve ser passado ao aluno, naturalizando as escolhas, aliás nem mostrando que são escolhas. Falta a discussão de que os currículos e os conteúdos dos LD são sempre eleitos dentre outros conteúdos, e mais que isso, as abordagens podem ser diferenciadas, mas o que prevalece é a “verdade apresentada no texto principal”.

Essa questão não é apenas na nossa realidade brasileira, pois acompanhando diversos estudos identifica-se a mesma problemática, também noutros países, e de acordo com Garcia Perez (2015, p. 23):

[...] se puede afirmar que los contenidos de los libros de texto habituales no suelen abordar los problemas relevantes de nuestro mundo, sino que reproducen un tipo de conocimiento escolar fragmentado, frio, ajeno a los problemas sociales y ambientales reales y desojado de la potencialidad analítica y explicativa propia del conocimiento científico.

Neste contexto e considerando o PNLD o Livro do Professor é um grande auxílio para realização de sua tarefa de ensinar, mas acaba sendo o maior limitador de realização do trabalho. O que é apresentado no Livro do Professor é o que deve ser realizado e por inúmeras contingências o professor não tem o controle do trabalho pedagógico que realiza. A definição do que fazer, como, porquê e para quê está estabelecido pelo que vem apresentado no livro. Facilita a vida do professor a não precisar planejar e pensar a estruturação da sua aula. Mas, a maior questão é que os livros fazem sobressair os conteúdos e o desenvolvimento de habilidades, e o para que, para quem, porquê, como, não encaminham a discussão, e aquilo que seria o ideal para o ensino fica fragilizado, pois não há a interligação entre estes elementos. E este ideal seria considerar a dimensão científica da disciplina, o objeto da geografia escolar e os conceitos e categorias para fazer a análise geográfica, na perspectiva didático pedagógica, e a partir daí definir os conteúdos que podem encaminhar ao exercício da abstração e da aprendizagem significativa.

Do lado dos usuários

Aqui é abordada a questão na perspectiva dos receptores, isto é, aqueles que recebem e utilizam o livro e todo o conjunto de suas mensagens. No contexto dos processos do PNLD, após a avaliação e disponibilização do Guia do PNLD, as escolas realizam o processo de escolha dos livros para utilização com os alunos. Das pesquisas realizadas, o leque de investigação é o seguinte: com os professores que atuam na escola básica; com alunos de Práticas de Ensino em Geografia. Para a realização das pesquisas, o primeiro passo é a verificação de qual a Coleção que é utilizada na escola, considerando o nível de ensino (Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio). Após isso, são organizadas as pesquisas através de diversas ações.

Sobre os procedimentos para a escolha do Livro Didático também existem várias etapas. O material que é resultado do processo de avaliação é disponibilizado

pelo Guia do PNLD que mostra o que é cada obra. As coleções são escolhidas nas escolas indicando a prioritária e as secundárias. Aqui reside a primeira crítica, de parte das escolas e dos professores, que afirmam que raramente a Coleção escolhida é a recebida pela escola. Outro dado importante apresentado pelos professores é que a escolha é feita pelo grupo diretivo e poucas vezes pelo professor que fará o uso. Isso tudo, torna desestimulante para os professores a tarefa de se envolverem com os livros.

Isso posto, a pesquisa com os professores parte dessas constatações, que não são de estímulo ao uso e apropriação dos livros. Nos diversos momentos de realização das pesquisas com os professores, de um modo geral, são abordadas temáticas específicas, tais como a questão da cidadania, estudo da cidade, ou gerais considerando como é feito o uso do livro e qual o papel do mesmo na atuação do professor. São produzidos, então, dados que nos permitem verificar qual a relação que os docentes têm com o livro, como fazem uso do mesmo e qual a crítica (ou elogio) que fazem a respeito. Utilizam-se entrevistas, questionários de questões abertas que permitem a discussão e aprofundamento, além de trabalho com o grupo focal. Esta última técnica basicamente é utilizada quando a pesquisa diz respeito a uma temática específica, em que os professores têm a oportunidade de abordar os conteúdos e a referência ao uso do LD.

Para apresentação neste texto abordo questões sobre o uso do livro didático em que foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com professores que atuam na escola básica, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. De um modo geral as respostas são no sentido do papel que o LD tem no planejamento do professor:

*-“O livro facilita o meu trabalho já que tenho muitas turmas para dar aula e o livro já apresenta o planejamento, os textos e as atividades a serem desenvolvidas”.
(Professora de 5º ano.)*

-“Nós não participamos da escolha dos livros e nem conhecemos a ficha de avaliação” (Professora do EF e do EM).

*-“Com as crianças pequenas o livro é muito bom, pois tem figuras e eles se envolvem na observação com a curiosidade que é peculiar nessa idade.”
(Professora de 4º ano).*

*-“As atividades propostas são claras e bem organizadas, só precisamos mandar ler o texto e responder as perguntas e/ou realizar as atividades que são propostas”
(Professora de 4º ano).*

*-“As orientações no Manual do Professor facilitam o nosso trabalho, pois além de orientar como abordar os conteúdos as questões e atividades são apresentadas resolvidas, o que facilita para nosso planejamento e cumprimento dos conteúdos”
(Professora do EF).*

Como já referido, o LD está alheio a vida escolar através do planejamento e avaliação realizada por professores do EF, pois ele é que indica o que fazer. E, para os professores do EM o LD tem uma função a mais, pois traz de modo organizado o conteúdo que deve ser passado aos alunos que farão os exames de seleção para a universidade. E os depoimentos são:

-“Como tem muito conteúdo para passar no EM o livro se torna um bom guia, tanto para o professor quanto para o estudante. Fica tranquilo, pois não há necessidade de organizar a lista de conteúdo, pois está tudo no livro” (Professor do EM).

-“Os manuais de geografia são um excelente apoio para o professor ministrar as aulas, pois o importante é verificar o conteúdo e fazer os exercícios e atividades de fixação, pois os estudantes de EM precisam saber o conteúdo para os exames de seleção” (Professor do EM).

-“Os livros são importantes para que o professor tenha a segurança de tratamento do conteúdo, pois já está tudo pronto e depois do trabalho em aula, o aluno pode buscar mais informações para ampliar o seu conhecimento” (Professor do EM).

-“O livro didático é importante, pois Geografia tem muito conteúdo e ele está apresentado no livro, e assim o professor não tem muito trabalho para organizar as aulas. E para fazer a avaliação também fica tranquilo, pois tem muitas atividades apresentadas” (Professor do EM).

Destaco aqui, pesquisas realizadas com docentes abordando temáticas específicas como a questão da formação para a cidadania. Esta investigação aconteceu no âmbito de uma pesquisa mais ampla que envolveu pesquisadores/docentes de vários países (Espanha, Itália, Portugal, Brasil e Colômbia). De parte dos questionários e entrevistas realizadas em Ijuí e Santa Rosa (RS) é possível destacar que a temática é presente nas escolas e indicada nos planos curriculares. É também atividade proposta e desenvolvida através de campanhas e de projetos específicos que envolvem a escola, ou até atingem todas as escolas dos municípios. Quando perguntados sobre a possibilidade de usar o LD para estudar essas questões as respostas variam desde o fato de haver sim proposições para os alunos pequenos, dos anos mais iniciais. E para os alunos dos anos finais do EF e para os do EM os livros trazem de forma subentendida a questão.

Vejamos respostas dadas por professores da escola básica dos municípios antes referidos, que assim se manifestam quando perguntados sobre o seguinte: No livro Didático há proposições para ensinar e criar as condições para a formação cidadã?

-“Poucas. Dão sugestões, mas para nossa realidade não é muito aplicável. Os textos trazem essas proposições, alguns em pequena quantidade, pois seu enfoque é conceitual e estatístico, ficando restritos na reflexão (???), apenas”.

-“Depende do autor, creio que os mais antigos conseguissem esse tipo de proposições”.

-“Somente no livro não. Se ficarmos somente no LD teremos alunos alienados em apenas uma visão. É preciso que o aluno perceba que o seu espaço, o seu mundo, não está preso no livro, ele é só um acompanhamento”.

-“Os professores acompanham o livro que é adotado por um grupo de professores e muitas vezes alguns conteúdos nem são contemplados. Aí é preciso buscar outros meios”.

Há muitas ideias neste conjunto de afirmações, mas sobressai como generalidade a que diz que o professor tem que saber o que fazer com o livro, e que não pode ficar restrito a ele. Percebem-se dois vieses, aquele que diz que o conteúdo não é suficiente e aquele que diz que tem que ligar com a vida dos sujeitos. Estas observações remetem ao entendimento do que é fundamental para ser professor e ensinar geografia (que é o nosso caso). E mais, este entendimento de parte dos docentes que fazem uso do LD exige o posicionamento didático pedagógico necessário para compreender como trabalhar os conteúdos em sala de aula. Quando o professor diz que ficar apenas no livro vamos ter alunos alienados pode-se entender que é a falta de abordagem de aprendizagens significativas. O desafio é entender o que sejam essas aprendizagens e com apoio de Young (2011, p. 614) quando diz que a “finalidade mais fundamental da educação escolar [...] é levar os alunos para além das suas experiências por formas às quais ele dificilmente teria acesso em casa”, tem-se o desafio de como trabalhar o LD em sala de aula. Retomo aqui o entendimento que o professor precisa conhecer a sua disciplina, precisa saber lidar de modo compreensivo com os conceitos da mesma. Sabendo isso poderá trabalhar com o livro para além dele, tendo-o como um instrumento e não como o único fornecedor das verdades da disciplina. A aula precisa de planeamento e este só podem ser feito por quem tem o domínio de seu fazer. Correm-se riscos, nas aulas de geografia, de ficar sempre no senso comum de modo que o aluno não tenha interesse nas aulas. Como fazer essa interligação de modo coerente e consistente exige esforço de parte do professor.

E, para reafirmar esse entendimento o autor que faz essa proposição, (YOUNG, 2011, p. 614), resume os seus argumentos em 5 aspectos, quais sejam:

- 1- O currículo precisa ser visto como tendo finalidade própria - que é o desenvolvimento intelectual dos estudantes;
- 2- o desenvolvimento intelectual é um processo baseado em conceitos, e não em conteúdos e habilidades;
- 3- deve haver distinção entre currículo e pedagogia, pois estes se relacionam de forma diferente com o conhecimento escolar e com o conhecimento cotidiano que os alunos levam para a escola;
- 4- os professores com sua pedagogia devem se servir do cotidiano dos alunos para ajudá-los a se engajarem com os conceitos definidos no currículo e perceberem sua relevância;
- 5- o conhecimento incluído no currículo deve basear-se no conhecimento especializado desenvolvido por comunidades de pesquisadores.

Este entendimento levanta a discussão a respeito dos conteúdos e de uma base nacional obrigatória (o que se discute hoje no Brasil) de modo a que todos os estudantes tenham a possibilidade de acesso ao conhecimento cientificamente produzido. Mesmo sendo favorável a esta proposição ressalto que a dimensão pedagógica, recorrentemente ausente nas aulas, para a abordagem dos conteúdos prejudica o encaminhamento do ensino de modo a que o estudante tenha as condições de desenvolver o pensamento abstrato e compreenda os conceitos.

O exemplo da formação para a cidadania exige que o aluno domine os conhecimentos, tenha um desenvolvimento intelectual que o torne capaz de construir o seu conhecimento e de ser um sujeito atuante e não apenas um repetidor de informações. O LD, dependendo de como é usado, pode ser simplesmente um repassador das informações. E mais que isso, se percebe diante de diversas análises realizadas a respeito do LD, que oficialmente e formalmente se pretende atribuir a ele um papel maior do que lhe é possível cumprir. Se a proposição é que seja um livro que facilite o acesso do conhecimento igualitário a todos os alunos de todo o Brasil (e esta é uma das proposições do LD desde há muito tempo, e que se acentua nesse momento com a definição de uma base curricular nacional), podem-se identificar dois problemas. Um deles diz respeito a que as informações trazidas não conseguem (e nem seria possível) abranger informações de todos os lugares. E nos momentos em que se procura fazer a interligação dos conteúdos com a realidade de vida dos alunos a abordagem se restringe a determinados lugares e a determinados fenômenos. Um exemplo pode ser quando aborda a questão das cidades - os exemplos sempre são de metrópoles e/ou de cidades médias. Cidades pequenas não aparecem e elas existem e muitos alunos vivem nelas.

O outro problema é referente à abordagem que na maioria das vezes é de informação e não conceitual. As informações são inúmeras e os conceitos muitas vezes são apresentados de forma escrita como uma definição. Isso não leva à abstração, e não favorece o desenvolvimento intelectual, pelo contrário, simplifica de modo a que se passe a memorizar. E a premissa de que “As escolas são lugares onde o mundo é tratado como “objeto de pensamento” e não como um “lugar de experiência” (YOUNG, 2011. p. 615), não é alcançada. A questão em relação ao LD, nesse sentido, pode remeter à discussão sobre os conteúdos e o modo como são apresentados, e se o modo como são podem oportunizar a reflexão e desenvolvimento do pensamento (CALLAI, 2010; 2011; 2013; 2014; 2015).

Retornando aos resultados das entrevistas, este grupo de professores não acredita muito que o livro seja o instrumento capaz de abordagem da formação para a cidadania. Inclusive há uma crítica aos que se apegam apenas ao livro o que pode ser registrado por este professor que diz: “Sim, as condições existem, o que determina o sucesso é o comprometimento do professor e do aluno”. No entanto, a reclamação é de que muitos professores nem sabem exatamente que livro estão usando e um professor diz que “há professores que acompanham o livro que é adotado por um grupo de professores e nem sabem quais os conteúdos que devem ser trabalhados”. Mas, pode haver também o outro lado expresso pelos que consideram que o livro traz atividades interessantes, mas que devem ser recebidas e acolhidas apenas como base e que a partir delas é fundamental avançar. Mas o mais interessante é que afirmam muitos dos professores entrevistados, que trabalhar como o LD faz com que seja “um momento de os alunos lerem, já que o fazem pouco”.

Outros professores identificam os livros didáticos como instrumentos importantes para o desenvolvimento das suas aulas, e que as temáticas de educação para a cidadania são abordadas de modo adequados naqueles livros que utilizam. Ao responder a mesma questão anteriormente indicada afirmam que:

-“Sim, inclusive tem textos que focam o tema, além do conteúdo normal. São textos complementares dos conteúdos para reforçar o tema”.

-“Sim, muitos deles trazem o desenvolvimento de atividades extraclasse como projetos. Em vários livros. Com temas para trabalhar em grupo para pesquisa e com assuntos que aprofundam mais”.

-“Sim. Atualmente todos os livros didáticos propõem a formação cidadã. A educação hoje, no geral se preocupa com essa questão, de formar cidadãos mais participativos, que se envolvam com as questões sociais. E isso é abordado nos livros. Como questão ambiental, uma das questões que acredito que mais chamam para o comprometimento”.

Há também aqueles professores da educação básica que consideram que os conteúdos trazidos pelo LD podem ser potencialmente significativos para o ensino e a aprendizagem significativa dos alunos. As referências que indicam este entendimento são assim expressas:

-“Sim, trazendo o estudante a pensar, relacionando com sua realidade, ou com a realidade de hoje”.

-“Sim quando você relaciona os conteúdos do Livro Didático com o cotidiano do aluno. É uma boa ferramenta. As atividades são interessantes, mas isso como base. É um momento de os alunos lerem, já que o fazem pouco”.

Essa perspectiva referida pelos entrevistados significa trabalhar com a escala de análise e com a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento do cotidiano dos alunos. Segundo o autor já citado, “Disciplinas como história, geografia, e física são as ferramentas que os professores tem para ajudar os alunos a passarem da experiência (...) (para) formas elevadas de pensamento”. (YOUNG, 2011. p.615). Este desafio pode levar ao questionamento de como são desenvolvidas as aulas de Geografia. De um modo geral, os livros são seccionados, apresentando as questões de modo fragmentado o que leva a se trabalhar com fenômenos restritos a espaços absolutos, quando o nosso entendimento é de que “as ações empreendidas no espaço absoluto só fazem sentido em termos relacionais” (HARVEY, 2006. p.1). Este exercício de abordar os fenômenos considerando os espaços em sua dimensão absoluta, relativa e relacional permite o desenvolvimento da abstração.

Retomando as pesquisas realizadas e tendo como pano de fundo a importância do LD na formação inicial dos professores de Geografia foi realizada uma tarefa no contexto do curso. Com os estudantes da graduação de Geografia (UNIJUI) em disciplina de Práticas de Ensino, uma das atividades para pesquisa foi a de utilização da Ficha de Avaliação que os avaliadores utilizam no PNLD. A ficha recebeu as adequações para utilização pelos alunos na análise do livro didático que a escola trabalha. A ementa da disciplina é de observação da **Geografia da escola**: 1- para verificar como a disciplina é percebida pelo corpo diretivo, pelos docentes da geografia e pelos da área de Ciências Humanas, bem como pelos demais professores; 2- quais os materiais didáticos que existem na escola para trabalhar com Geografia; 3- se existem sala, laboratórios específicos: 4- quais as obras de Geografia que a escola possui. Neste contexto, é que entra o livro didático que a escola utiliza e com a ficha de avaliação o estudante faz a análise da Coleção.

As constatações são as seguintes:

-“Nunca pensei que fosse tão importante fazer a escolha de um o LD a ser usado a sala de aula. Com certeza, muda a minha compreensão da questão” (Estagiária de Licenciatura em Geografia - 2014).

-“Só agora com este trabalho percebo como é importante escolher o livro, e estar atenta ao que ele traz e apresenta” (Estagiária de Licenciatura em Geografia - 2014).

-“Foi uma surpresa perceber como pode ser realizada a escolha do LD a ser adotado na escola” (Estagiário de Licenciatura em Geografia - 2014).

-“Aprendi mais Geografia fazendo essa tarefa de avaliação do Livro Didático do que em muitas disciplinas do curso” (Estagiária de Licenciatura em Geografia - 2014).

-“A partir de agora vou orientar meus colegas na escola para também fazerem a análise do livro antes de encaminhar a solicitação da obra que pode ser importante para a escola” (Estagiário de Licenciatura em Geografia - 2014).

Essas observações remetem a questões do ensino e aprendizagem na graduação em Geografia, mostrando a possibilidade de aprender os conteúdos específicos para além de simplesmente “passar conteúdo” em sala de aula. O aluno aprende quando é significativo para a vida dele, para os problemas que precisa enfrentar até como profissional. E a análise do LD pode ser uma interessante ferramenta pois possibilita ao licenciando em geografia verificar a dimensão técnica de conteúdo e a dimensão didático-pedagógica na abordagem da especificidade da disciplina para acesso a informações que o aluno receberá.

Pelos depoimentos, percebe-se que o graduando reconhece a importância de sua formação não apenas recebendo informações, mas agindo como sujeito que constrói os elementos que permitam fazer a sua produção de conhecimento. Essa concepção mostrada pelos estudantes expressa que a preocupação antes de atuarem na sala de aula, em momento que tudo é novidade no sentido da sua formação, que lhes interessa o investimento no conhecimento. Essa é a perspectiva de que para ser professor de geografia é preciso mais do que o LD, por melhor que este seja, é preciso conhecer a história da disciplina, ter a capacidade e abstração e trabalhar com os conceitos. É importante também conhecer como é feita a análise e seleção do LD, de modo a ter clareza do que pode ser esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas que realizei sobre o livro didático me permitem considerar que o manual escolar tem sido ainda o mais importante e significativo instrumento para realização da tarefa de dar aula de Geografia. O professor se isenta de fazer ele próprio a tarefa de definição, de escolhas do que trabalhar. Adota o livro e este passa a ser fundamental no desenvolvimento das aulas. As verdades apresentadas pela obra passam a ser as verdades da Geografia. O estudante tem

que cumprir as atividades que são propostas e assim vai “passando o conteúdo” que é obrigatório naquele nível e ensino.

Além disso, a distribuição a nível nacional dos livros faz com que todas as escolas, em todos os lugares do Brasil tenham os mesmos livros, com os mesmos conteúdos. É sabido que o Edital do LD tem determinados critérios pré-estabelecidos para o conjunto de todos os livros, de todas as disciplinas, sem o cumprimento dos quais o livro é interceptado em um dos momentos do processo avaliativo. Isso garante o rigor na produção e apresentação das coleções, mas tem riscos também. Estes riscos se apresentam principalmente pelo fato de que uma obra válida para todo o território nacional é uma obra que pode descuidar da diversidade que temos em território tão extenso com características naturais e culturais bem demarcadas. É verdade que neste momento se discute no Brasil a elaboração e implementação de uma base curricular única para todo o território nacional, com a justificativa que todos os alunos devem ter acesso ao conhecimento que lhes possibilite exercer a sua cidadania. Nessa tentativa de que todos tenham acesso aos mesmos conteúdos criar-se-iam condições iguais a todos. No entanto, numa leitura crítica o que se percebe como significativo é uma homogeneização dos currículos de modo a ser facilitado os processos avaliativos no Brasil.

Entendo que o acesso ao conhecimento poderia ser mais efetivo se os professores conseguirem trabalhar a disciplina a partir do conhecimento da epistemologia da mesma e dos aportes teórico e metodológicos que a constituem. E, de outro lado, com os referenciais didático pedagógicos que permitem oportunizar aprendizagens significativas.

Na escola, a tarefa de reflexão sobre a realidade, a partir dos conhecimentos que a humanidade produziu ao longo da história, exige o acesso ao conhecimento. E o livro didático traz e apresenta estes conhecimentos. No entanto, retomando a proposição inicial, de parte dos produtores/emissores das mensagens do LD sempre haverá posicionamento ideológico, que demarca as orientações que devem ser consideradas na elaboração das obras. Estes emissores são os autores que devem seguir as orientações, são os currículos apresentados com rol de conteúdo a serem trabalhados, é o Edital que rege a orientação ao PNLD, são as políticas públicas que devem ser respeitadas.

O professor reproduz o que o livro traz através das atividades em sala de aula. Quanto melhor o livro, quer dizer mais bem estruturado, e com orientações claras mais eficazes será a passagem das mensagens. E os alunos que recebem estas mensagens precisam reproduzir estes conhecimentos demonstrando sua aprendizagem e através das avaliações dando ênfase aos resultados da educação brasileira nas avaliações gerais.

Tanto o aluno como o professor recebem as mensagens e arrisca-se a dizer que por eles as mensagens passam, pois dificilmente ocorrem aprendizagens significativas. Para que possam acontecer aprendizagens significativas é necessário a realização de processos de reflexão que permitam aliar o conhecimento prévio do aluno com o conhecimento produzido pela humanidade resultado de pesquisas e avanços do conhecimento nas áreas específicas. A abstração é fundamental e só pode acontecer a partir do acesso a um

conhecimento que permita elaborar conceitos, que encaminhem o aluno a compreender para além de ter a informação em si só.

O livro didático é muito importante, mas o professor e seu conhecimento são maiores que o livro e, portanto, não poderia haver a submissão que realmente acontece se se pretende uma formação cidadã, em que cada um seja sujeito da sua vida.

REFERÊNCIAS

CALLAI, H.C. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, A.C. (org.) **Ensino de Geografia, práticas e textualizações no cotidiano**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

_____. (Org.) **Educação geográfica, reflexão e prática**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2011.

_____. **A formação do profissional de geografia: o professor**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2013,.

_____. Estudo do lugar e o livro didático no ensino e na aprendizagem da Geografia. In: CASO, M.V.F.; GUREVICH, R. **Didáctica de la geografía – Prácticas escolares y formación de profesores**. Buenos Aires. Argentina: Editorial Biblos, 2014.

_____. Temas e conteúdos no ensino da geografia. In: RABELO, K.S. de P; BUENO, M.A. (Orgs.) **Currículo, políticas públicas e ensino de geografia**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

Guia de livros didáticos: PNLD 2015: geografia: ensino médio. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. In: _____. **Géographie et capital: vers un matérialisme historique-geographique**. Paris: Syllepse. 2010.

HERMANN, N. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A,2002.

YOUNG, M. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.48, set.-dez. 2011, p. 609-623.

TEIVE, G.M.G. Caminhos teórico- metodológicos para a investigação de livros escolares: contribuição de Centro de Investigación MANES. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.20, n.63, out. dez. 2015. p. 827-843.

REFERÊNCIAS

BASTOS, M. H. Camara. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856 – 1892). **História da Educação**, ASPHE/Fa/UFPEl, Pelotas, v. 12, nº 26, Set.\Dez. 2008. p. 39 – 58.

BARBOSA, Socorro de Fátima P. A arte de adaptar livros no século XIX: o novo secretário português ou o Código Epistolar, por J. I. Roquete. **Revista de História e Estudos Culturais**, V. 8, Ano VIII, nº 2, pp.1 – 16, mai./Ago. 2011. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF26/Artigo_1_Socorro_de_Fatima_P_Barbosa.pdf Acesso em: 21 abr./ 2014.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar** (1810 – 1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. História dos livros escolares no Brasil: produção e circulação. In: CASTELANOS, S. L. V.; CASTRO, C. A. **Livro, leitura e leitor** – perspectiva histórica. São Luiz – MA: EDUFMA, 2016. PP. 115 – 138.

CHARTIER, R. **A aventura do livro** – do leitor ao navegador. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
COOPER-RICHET, Diana. Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?. **Varia História**, Belo Horizonte, V. 25, nº 42, p. 539 – 555, Jul/Dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752009000200009&script=sci_arttext Acesso em: 09 set./ 2014.

DOM DUARTE. Leal Conselheiro. **Sob o auspício do Visconde de Santarém**. Paris: Aillaud, 1854.

FARIA FILHO, Luciano M. A tradução como negócio: Rui Barbosa, tradutor do livro “Lições de Coisas”, de N. A Calkins. In: ABREU, Márcia. **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: FAPESP, 2002.

LIMA, Djalma Expedito de. Jogo de mestre: **As formas do Lúdico nos romances de Machado de Assis**. (Tese de doutorado). São Paulo: USP, 2013.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2005.

LORENZ, K. Livros norte-americanos de história da educação no Brasil: origem e orientação dos textos do século XIX. Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju, Brasil, nov. 2008 (CD-ROM).

MEDINA, João. Recensão crítica a Edição de Língua Portuguesa em França (1800-1850). Repertório Geral dos Títulos Publicados e Ensaio Crítico', de Vítor Ramos. **Revista Colóquio/Letras**. Recensões Críticas, nº 10, Nov. 1972, pp. 94 - 96. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/do?bibrecord&id=PT.FCG.RCL.361> Acesso: 12 ago./ 21015.

MENDES, Paula Almeida. Itinerários pedagógicos e civilidade cristã na literatura didática feminina em Portugal (séculos XVIII-XIX). **Revista via Spiritus** - A educação feminina nos séculos XVI – XIX: entre a Aia e a mestre de noviça 1. Estudos. Nº 18, 2011, pp.83-112. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10529.pdf> Acesso em: 02 ago./2014.

NUNES, Sergio Claudino Loureiro. **Portugal através dos manuais escolares de Geografia – Século XIX**: as imagens intencionais. (Tese de doutorado). Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001.

_____. Portugal continental ou um novo olhar sobre os manuais escolares de Geografia. In: CASTRO, Rui Vieira de; *et al.*. **Manuais Escolares**: estatuto, função, História – Atas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Guimarães: Universidade do Minho, 1999. pp. 197 - 220.

NÓVOA, António. **Dicionário de educadores portugueses**. Lisboa: Edições Asa, 2003.

_____. Do mestre escola ao professor do ensino primário: subsídio da história da profissão docente em Portugal (Séc. XV – XX). *Análise Psicológica*, Vol 3, 1987. pp. 413 – 440. Disponível em:

http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf Acesso em: 14 jun./ 2015.

PORTUGAL. Portugal – **Dicionário histórico, corográfico, heráldico, biográfico, numismático**. Vol. V. Lisboa, João Romano, 1904. In. <http://www.arqnet.pt/dicionario/Acesso>: 03 abri./ 2016.

PROTÁSIO. Daniel Estudante. **O 2º visconde de Santarém e a Passagem Noroeste**. Comunicação apresentada a 26 de Junho de 2003 à Comissão de Estudos Corte-Real (Sociedade Geográfica de Lisboa). p. 1 - 16.

_____. Catálogo: Tábua bibliográfica do 2º Visconde de Santarém. In: PROTÁSIO. Daniel Estudante. **O 2º Visconde de Santarém e a história da cartografia**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2006.

RAMOS, Vítor. **A edição de língua portuguesa em França (1800 – 1850)**. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1972.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. História da Disciplina Português na Escola Secundária Brasileira. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, V. 4, jan./jun. 2010. p. 43-58. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/issue/view/214> Acesso: 21 de fev./ 2015.

SANTARÉM, Visconde de. **Correspondência do Visconde de Santarém, coligida, coordenada e com anotações de Rocha Martins** (Academia de Ciências de Lisboa). Publicada pelo 3º Visconde de Santarém. 8 Vols. Vol. VII. Lisboa: Alfredo Lamas, Mota e Cª, Editores, 1919.

SENNA, Fabiana. A conversação como modo de distinção no Império: Tesouro de Meninos e Código de Bom-Tom nas escolas brasileiras. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n 37, p.253 - 265, mar. 2010.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

VEIRA, Cleber Santos. A tradução como ato político: Dr. Domingos Jaguaribe e o manual de Instrução Cívica, de Numa Droz. **Revista de História**, 161, 2º Semestre, 2009. PP. 165 – 189.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 3ª ed. (1ª ed. 1890) Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

Contato com o autor: jcallai@unijui.tche.br

Recebido em: 10/05/2016

Aprovado em: 08/08/2016